

---

## Basic education, verticalization and the world of work: a case study with graduates from the Uruçuí campus of the Federal Institute of Piauí

Received: 21-07-2024 | Accepted: 25-08-2024 | Published: 31-08-2024

---

### **Miguel Antônio Rodrigues**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4893-174X>

Instituto Federal do Piauí, Brasil

E-mail: [miguel.rodrigues@ifpi.edu.br](mailto:miguel.rodrigues@ifpi.edu.br)

### **Ana Estela Haddad**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0693-9014>

Universidade de São Paulo, Brasil

E-mail: [ahaddad@usp.br](mailto:ahaddad@usp.br)

### **Tyago Henrique Alves Saraiva Cipriano**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8893-2328>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil

E-mail: [tyagohenrique98@gmail.com](mailto:tyagohenrique98@gmail.com)

### **Andressa Hemille Rodrigues de Sousa**

Secretaria Estadual de Educação do Piauí, Brasil

E-mail: [andressahemille12@hotmail.com](mailto:andressahemille12@hotmail.com)

---

### ABSTRACT

Public Basic Education socially represents one of the hallmarks of the Federal Institutes of Education, Science and Technology. Its greatest expansion occurred in the 2010s, and the impacts of this expansion directly reached the mass population, with the democratization of access to quality public education, reconciling training for the job market and the full exercise of citizenship. The main objective of the study was to analyze the trajectory of the Uruçuí campus of the Federal Institute of Piauí (IFPI) throughout its implementation (2010-2021) in the municipality where it is located, with an emphasis on the social transformation of the lives of graduates of technical courses integrated into the secondary education, offered at the Institution. In this sense, the research was initially carried out through the analysis of the legislation that regulated the Federal Institutes throughout their implementation and through the application of questionnaires to graduates of the campus/IFPI. The results showed that the institution provided the training of 620 students in technical courses integrated into secondary education, and these are well positioned in society, whether in the job market or in higher education.

**Keywords:** Professional education; Reference; Quality.

---

## RESUMO

A Educação Básica, pública, representa socialmente uma das marcas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Sua maior expansão ocorreu na década de 2010, e os impactos dessa expansão alcançaram diretamente a população em massa, com a democratização do acesso à educação pública de qualidade, conciliando a formação para o mercado de trabalho e para o exercício pleno da cidadania. O estudo teve como objetivo principal analisar a trajetória do campus Uruçuí do Instituto Federal do Piauí (IFPI) ao longo de sua implementação (2010-2021) no município onde está localizado, com ênfase na transformação social da vida dos egressos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, ofertados na Instituição. Nesse sentido, a pesquisa foi realizada inicialmente por meio da análise da legislação que regulamentou os Institutos Federais ao longo de sua implantação e através de aplicação de questionários a egressos do campus/IFPI. Os resultados mostraram que a instituição proporcionou a formação de 620 estudantes em cursos técnicos integrados ao ensino médio, e estes estão bem posicionados na sociedade, seja no mercado de trabalho ou no ensino superior.

**Palavras-chave:** Educação profissional. Referência. Qualidade.

---

## INTRODUÇÃO

O acesso à Educação Básica no Brasil durante muito tempo ficou restrito à elite que detinha o poder econômico, visto que sua oferta a partir do ensino primário limitava-se a centros urbanos e, assim, somente os que residiam nesses centros ou possuíam recursos para custear moradia e alimentação distante da residência dos pais é que acessaram a educação pública no cenário apresentado. A educação representa um requisito para a busca dos direitos de cidadania, e sua oferta limitada a grupos específicos compromete o preparo das pessoas para a convivência equilibrada em sociedade.

Apesar de o Brasil ter reconhecido a educação como um direito social logo na década de 1930, apenas em 1988 o ensino obrigatório – fundamental, foi reconhecido pela Constituição Federal como um direito público subjetivo. Ademais, a Emenda Constitucional nº 59 dá nova redação aos incisos I e VII do Art. 208 da Constituição Federal, estabelecendo a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada, também, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 2009). A Lei nº 13.005/14, que aprovou o Plano Nacional de Educação (2014-2024) alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, ampliando a garantia para o atendimento da educação infantil de 0 a 3 anos (BRASIL, 2013), assim a Educação Básica passou a contemplar a oferta do ensino a partir de 0 (zero) anos de idade.

Nesse contexto, a Educação profissionalizante gratuita ganhou espaço nas instituições públicas de ensino. Com destaque, na década de 2000, o Governo Federal,

por meio do Ministério da Educação (MEC) implementou políticas públicas educacionais direcionadas às demandas sociais, que se contrapõem às concepções neoliberais e abrem oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora, na busca de ampliação do acesso à educação e de permanência e aprendizagem nos sistemas de ensino (Pacheco, 2018): os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em conformidade com os arranjos produtivos locais, a oferta de cursos é definida com a participação da sociedade no processo, seja por meio de respostas a questionários aplicados ou pela realização de audiências públicas. Genericamente, estão presentes na missão dos Institutos Federais o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social (Pacheco, 2018). Com atuação na educação técnica e tecnologia, a oferta de cursos técnicos nas formas concomitantes, subsequentes ou integradas ao ensino médio devem representar 50% do total de vagas disponibilizadas por cada instituto para a comunidade.

Representando um dos 38 Institutos Federais implantados pelo Brasil afora, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí integra uma unidade que oferta a educação associada ao compromisso social transformador, empenhado com a modificação da vida das pessoas, dando alicerce para uma formação humanizada e transformadora cujo resultado da sua ação deve protagonizar a inclusão social. Essa Instituição possui campi de Norte a Sul do estado do Piauí, com 17 (dezessete) campi, 03 (três) campi avançados e uma reitoria, dos quais o campus Uruçuí, implementado no município de Uruçuí em 2010, integra a rede, e representa o objeto principal desse estudo, cuja problemática associa-se à necessidade de responder a questionamentos como: O campus Uruçuí cumpre papel social transformador no território onde está inserido? Enquanto um dos agentes do arranjo produtivo local, inserido em uma delimitação geográfica marcada pela presença do agronegócio, sua missão de ofertar educação de excelência direcionada às demandas sociais vem sendo alcançada de forma satisfatória?

Assim, essa pesquisa tem como objetivo principal analisar a trajetória do campus Uruçuí ao longo de sua implementação (2010-2021) no município onde está localizado, com ênfase na transformação social da vida dos egressos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados na Instituição.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada inicialmente através do levantamento de informações acerca dos Institutos Federais, sua base histórica e legal e, posteriormente, aplicação de questionário aos egressos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do campus Uruçuí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, cujo contato inicial deu-se através de e-mail, para disponibilização do link de acesso ao questionário via *Google Forms*, e também através do WhatsApp, Instagram e Facebook.

Uruçuí (figura 1) possui uma população de 25.203 habitantes (IBGE, 2022), Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 68.053,55 46 (IBGE, 2020), ocupando a quarta posição no *ranking* estadual. Este município representa o maior em extensão territorial do estado do Piauí e destacou-se em crescimento econômico nas últimas décadas devido à implantação do agronegócio.

**Figura 1:** Localização de Uruçuí



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do IBGE (2019).

A pesquisa é de natureza quanti-qualitativa e descritiva quanto aos objetivos. Quanto ao universo da amostra, considera-se população o conjunto de todos os elementos ou resultados sob investigação e a amostra é qualquer subconjunto dessa população (Bussab; Morettin, 2010). Nesse estudo, a população foi composta pelos

egressos dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (Agropecuária, Agroindústria e Administração) da Instituição de ensino pesquisada.

**Quadro 1:** População e amostra referentes aos agentes da pesquisa

Ano letivo de formação	Curso técnico Integrado ao Ensino Médio	Número de alunos formados	Amostra
2012	Agroindústria (currículo de 3 anos)	34	16
	Agropecuária (currículo de 3 anos)	30	16
2013	Agroindústria (currículo de 3 anos)	34	16
	Agropecuária (currículo de 3 anos)	24	10
2015	Agroindústria (currículo de 4 anos)	30	15
	Agropecuária (currículo de 4 anos)	25	13
2016	Agroindústria (currículo de 4 anos)	32	16
	Agropecuária (currículo de 4 anos)	25	12
2017	Agroindústria (currículo de 4 anos)	22	8
	Agropecuária (currículo de 4 anos)	25	11
	Agroindústria (currículo de 3 anos)	34	16
	Agropecuária (currículo de 3 anos)	25	13
2018	Agroindústria (currículo de 3 anos)	32	15
	Agropecuária (currículo de 3 anos)	20	8
2019	Agroindústria (currículo de 3 anos)	33	16
	Agropecuária (currículo de 3 anos)	20	8
2020	Agroindústria (currículo de 3 anos)	30	15
	Agropecuária (currículo de 3 anos)	24	11
	Administração (currículo de 3 anos)	32	15
2021	Agroindústria (currículo de 3 anos)	32	15
	Agropecuária (currículo de 3 anos)	27	13
	Administração (currículo de 3 anos)	30	15
<b>TOTAL</b>		<b>598</b>	<b>245</b>

Fonte: (Rodrigues; Haddad; Cipriano; Sousa, 2024)

De acordo com o setor de Controle Acadêmico do campus Uruçuí/IFPI, ao longo desses 10 anos de formação de profissionais para o mercado de trabalho e para a vida (2012-2021), o campus Uruçuí formou 620 técnicos na forma integrada ao ensino médio, os quais participaram da pesquisa, dos quais 293 foram selecionados por meio do método da Amostra Aleatória Simples (AAS), definido por Bussab e Morettin (2010) como a maneira mais acessível para selecionar uma amostra probabilística de uma população, cuja representatividade alcançou o percentual de aproximadamente 47%.

A proposta da pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, visando a emissão do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE, nº 54428021.8.0000.5214, cuja aprovação ocorreu em 01/02/2022. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As transformações presentes no setor produtivo e a centralidade atribuída à educação, com destaque para a formação profissional, trouxeram novos desafios de cunho cultural, econômico, social, político e educacional. Ao longo da sua trajetória, os então denominados Institutos Federais tiveram configurações diversas e um papel de grande relevância em uma parcela significativa dos trabalhadores do Brasil, atuando como agente legitimado no direcionamento para o reconhecimento da força das instituições especializadas na oferta de Educação, Ciência e Tecnologia. Como mencionado, transformações de naturezas diversas, presentes na sociedade redirecionaram os objetivos e finalidades dos Institutos Federais (IF's) até contemplar a realidade contemporânea, tendo em vista o atendimento ao setor produtivo.

Os marcos legais associados à educação profissional do Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia estão sintetizados no quadro 2.

**Quadro 2:** Marcos Legais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Dispositivo Legal	Descrição
Decreto nº 7.566/1909	Cria dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, uma para cada unidade federativa no território brasileiro.
Lei nº 378/1937	Transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional.
Decreto-Lei nº 4.127/1942	Transforma os Liceus Industriais, em Escolas Industriais e Técnicas, que passam a ofertar formação profissional em nível equivalente ao do secundário.
Lei nº 3.552/1959	Modifica a Rede Federal de Educação Profissional, transformando as Escolas Industriais e Técnicas em autarquias, dando maior autonomia didática e de gestão às instituições.
Decreto-Lei nº 547/1969	Autoriza as Escolas Técnicas Federais ofertarem cursos profissionais superiores de curta duração.
Lei nº 8.948/1994	Institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e transforma as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em CEFET's.
Lei nº 11.892/2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, entre as quais transforma os CEFET's e Escolas Técnicas e Agrotécnicas em Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Fonte: (Rodrigues; Haddad; Cipriano; Sousa, 2024)

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices, mais tarde, deram origem as Escolas Técnicas Federais, aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) e,

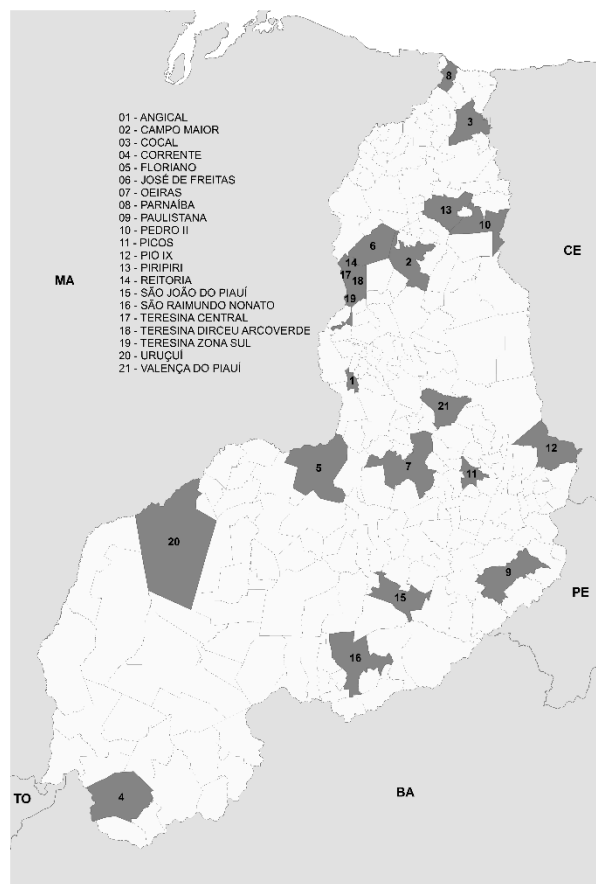
posteriormente, aos Institutos Federais (2008), tem por premissa a promoção da formação do ser humano de forma integral e o desenvolvimento de sua autonomia e cidadania, com base na relação e integração entre conhecimentos científicos e conhecimentos específicos profissionalizantes (Brasil, 2008).

### Protagonismo dos egressos do Campus Uruçuí/IFPI

O campus Uruçuí do Instituto Federal do Piauí foi implementado no município de Uruçuí-PI devido à localização estratégica, que engloba vários outros municípios no seu entorno, tanto do Estado do Piauí quanto do Maranhão. Entre os municípios próximos a Uruçuí, dos quais estudantes se deslocam para ter acesso à Educação pode-se destacar: Antonio Almeida, Sebastião Leal, Landri Sales, Marcos Parente, Bertolândia, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Benedito Leite-MA, São Domingos do Azeitão-MA, entre outros.

O Instituto Federal do Piauí é formado por 17 (dezesete) campi, 03 (três) campi avançados e uma Reitoria (Figura 2)

Figura 2: Composição do Instituto Federal do Piauí.



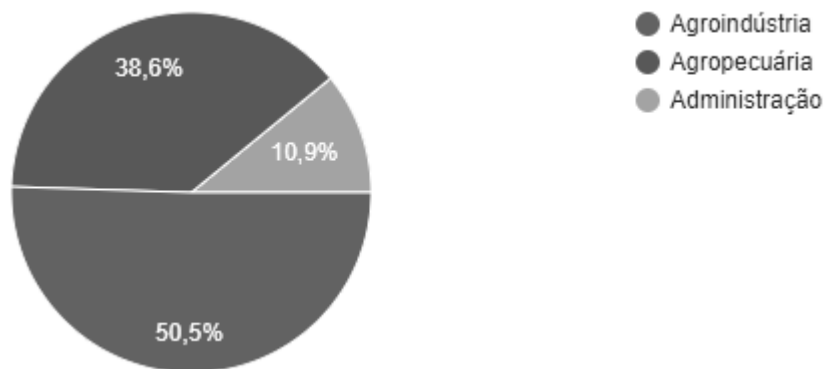
Fonte: (Rodrigues; Haddad; Cipriano; Sousa, 2024)

Como é possível verificar na figura 02, há muitos municípios circunvizinhos a Uruçuí, de onde estudantes se deslocam até esse território para terem acesso à educação no IFPI. Com arranjo produtivo local voltado principalmente para a produção de grãos em larga escala e a consequente rede agroindustrial em Uruçuí e no seu entorno, no momento da criação (fevereiro de 2010) do campus, os dois cursos técnicos ofertados inicialmente foram Agropecuária e Agroindústria, e, em nível superior, Licenciatura em Matemática. Em 2012 e 2013, respectivamente, implementou-se os cursos de especialização em Ciências Ambientais, e Especialização em Agronegócio. Em 2015 passou a ser ofertado no campus o curso Técnico em Agronegócio, e uma Especialização em Matemática para o Ensino Médio e, em 2016, mais dois cursos superiores: Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharelado em Engenharia Agrônômica.

Essa expansão da oferta dos cursos superiores possibilitou a verticalização do ensino dos cursos técnicos que puderam passar a ingressar no ensino superior na própria instituição. Ainda no processo de expansão, em 2018, o campus Uruçuí implementou mais um curso técnico no quadro de ofertas: Técnico em Administração, na forma integrada ao ensino médio e também concomitante/subsequente. No mesmo ano de 2018, a Especialização no Ensino de Ciências passou a integrar a relação de cursos oferecidos.

Na figura três, observa-se a formação profissionalizante dos egressos dos cursos técnicos integrado ao Ensino Médio, cuja predominância volta-se para formação em Agropecuária e Agroindústria, tendo em vista que esses foram os dois cursos ofertados desde o início da fundação do campus em 2010, justamente em atendimento a uma demanda da população, de acordo com o arranjo produtivo local. A partir da oferta desses cursos, alinhados à presença do Agronegócio nesse município e na região, vislumbra-se a transformação da realidade da população, tendo em vista que o “Brasil é marcado por importantes desigualdades sociais e assimetrias entre os entes da federação, o que torna ao mesmo tempo necessária e complexa a elaboração de políticas públicas de âmbito nacional, especialmente aquelas voltadas à educação” (Nascimento; Cavalcanti; Ostermann, 2020, p. 05). Já a oferta do curso de Administração iniciou-se apenas em 2018. De acordo com Vargas e Carzoglio (2017, p. 24), a produtividade e o crescimento estão condicionados à adequação dos sistemas de educação profissional tecnológica, associados às necessidades dos arranjos produtivos.



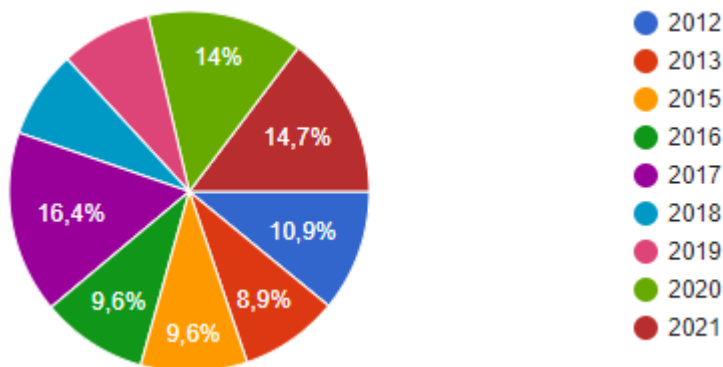
**Figura 03:** Egressos dos cursos Técnicos do campus Uruçuí que participaram da pesquisa

Fonte: (Rodrigues; Haddad; Cipriano; Sousa, 2024)

Quanto ao ano de conclusão do Ensino Médio pelos alunos do campus Uruçuí, concentra-se no período de 2012 a 2021, tendo em vista o início da oferta em 2010 e o currículo inicial de três anos, entretanto, após o ingresso em 2010 e 2011, houve reavaliação da carga horária dos cursos e reformulação dos seus projetos, tendo como principal mudança a duração ampliada dos cursos de três para quatro anos. Assim, para os ingressantes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em 2012 e 2013 a duração dos cursos foi de quatro anos, de modo que em 2014 não houve turma sendo formada. Após análise e discussão com a comunidade acadêmica, que demonstrava insatisfação com a duração dos cursos, houve nova reformulação dos projetos, e, nesse contexto, a partir de 2014 a oferta desses cursos passou a ser feita em tempo integral, com duração de apenas três anos.

É importante destacar que uma das funções transformadoras dos Institutos Federais se traduz na oferta de um ensino médio público de qualidade socialmente referenciado, que possui grande potencial na inserção de seus egressos no Ensino Superior. Muitas pesquisas foram realizadas para identificar a relação entre a origem social, o sucesso escolar e a expansão do sistema de ensino. Ficou demonstrado que não existe uma relação linear entre a origem de classe e esse sucesso, que varia conforme os indivíduos se movimentam em direção a níveis educacionais mais elevados (Salata, 2018, p. 04).

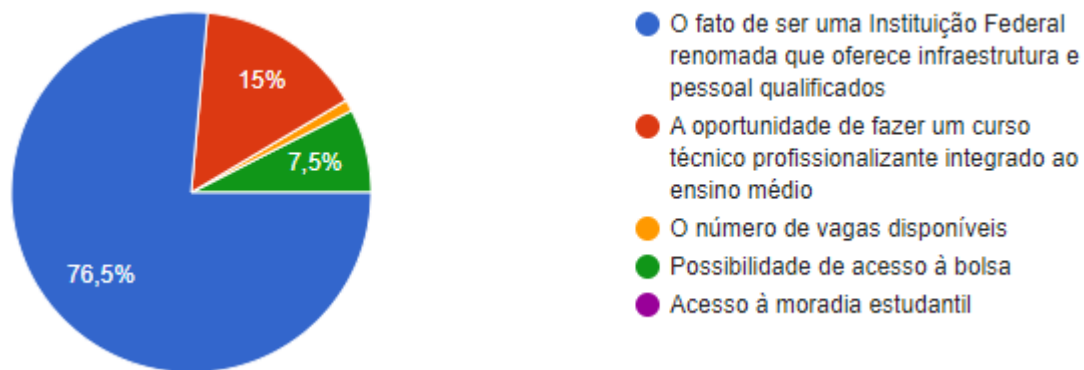
**Figura 04:** Ano de conclusão do Curso Técnico Integrado ao ensino Médio



Fonte: (Rodrigues; Haddad; Cipriano; Sousa, 2024)

A principal razão para a escolha do campus Uruçuí para cursar o ensino Médio (integrado ao técnico) apontada pelos participantes da pesquisa está associada ao fato de o reconhecerem como uma instituição renomada com infraestrutura e pessoal qualificados, seguida da possibilidade do acesso a bolsas de assistência a estudantes e da oportunidade de conciliar o ensino médio com um curso profissionalizante. Os estudantes veem nas escolas federais, mais estruturadas e com professores mais qualificados, a oportunidade de ampliarem suas chances de ingressarem em vagas nas universidades gratuitas, tendo em vista que esse cenário dos Institutos Federais se tornou uma referência em Educação Básica (Magalhães; Cartioni, 2019, p. 10).

**Figura 05:** Principal motivo da a escolha do campus Uruçuí/IFPI para cursar o Ensino Médio



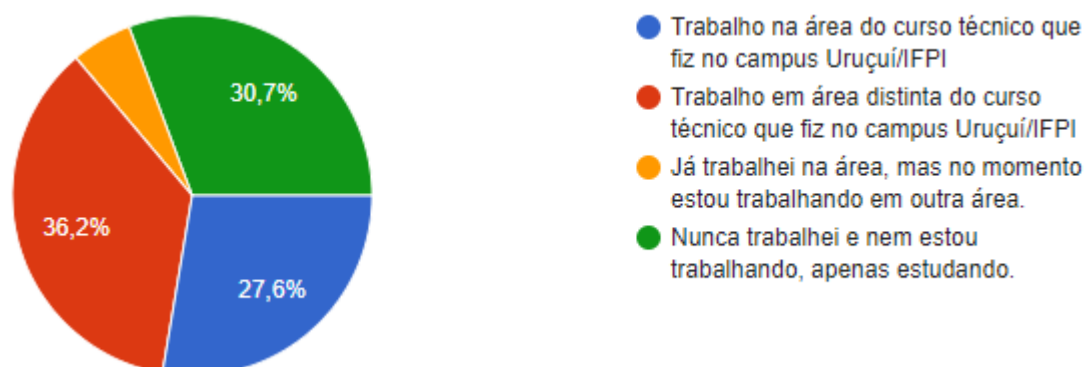
Fonte: (Rodrigues; Haddad; Cipriano; Sousa, 2024)

A figura 06 mostra que 30,7% dos participantes da pesquisa ainda se encontram em situação de ser apenas estudantes, com o ingresso em cursos superiores. Esse percentual justifica-se pelos anos de conclusões do ensino médio. Muitos deles concluíram de 2017-2021, tendo optado por ingressar no ensino superior, dedicando-se exclusivamente a academia, estão inseridos no processo de formação nos períodos regulares, e 36,2% trabalham em área distinta da sua formação em nível técnico. Essa

prática é recorrente, tendo em vista que muitos estudantes egressos da educação técnica profissional optam pelo ingresso em cursos superiores em áreas diferentes da formação em nível técnico e, conseqüentemente, ingressam no mercado de trabalho na área de formação superior, a exemplo das licenciaturas que também são ofertadas no próprio campus Uruçuí. Já 27,6% trabalham na área do curso técnico, e 5,5% já trabalhou na área, mas atualmente atua em área distinta dessa formação.

Assim, pode-se observar uma diversificação emancipatória dos egressos da educação profissional, não se limitando exclusivamente ao trabalho técnico, refletindo uma mudança presente e que se diferencia da proposta do passado, que se “desenvolveu a partir do ensino tecnicista de cunho profissionalizante, e foi o mecanismo central de manutenção do sistema capitalista de produção, e hoje, por força das lutas sociais e das políticas educacionais, tem uma proposta de formação integral” (Costa, 2019, p. 05).

**Figura 06:** Posicionamento atual no mercado de trabalho

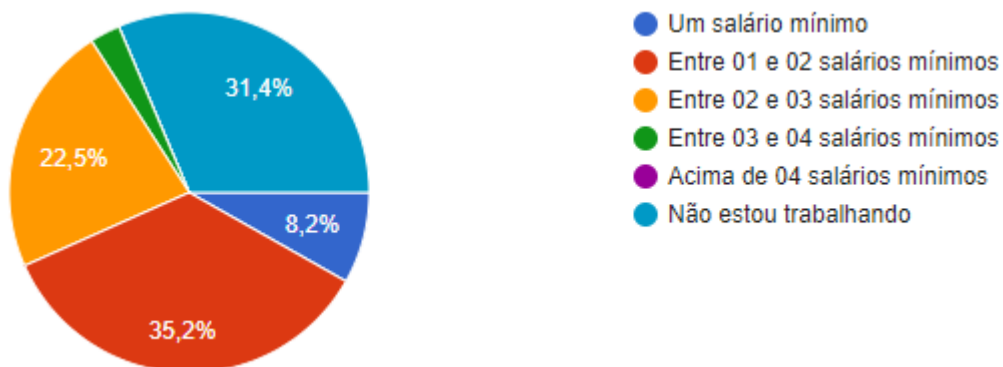


Fonte: (Rodrigues; Haddad; Cipriano; Sousa, 2024)

O valor do salário recebido pelos egressos dos cursos técnicos do campus Uruçuí (Figura 07) pode ser classificado como baixo, considerando o crescimento econômico presente no município de Uruçuí-PI, pois ocupa a quarta posição em Produto Interno Bruto (PIB) no ranking do estado, ficando atrás apenas de Teresina, Parnaíba e Picos, e é o segundo maior produtor de soja do Piauí, perdendo somente para Baixa Grande do Ribeiro, que fica na mesma região (IBGE, 2020). Ademais, somente em 2017, o Piauí registrou um PIB de 45,4 bilhões, com crescimento real de 7,7%, e isso ocorreu devido, principalmente, ao volume de produção na Agropecuária, com destaque para a produção da soja, a qual apresentou acréscimo de 313,57%, no ano de 2017, comparado a 2016 (IBGE, 2020).

Destaca-se que os salários pagos aos egressos não apresentam uma relação com o faturamento das empresas do agronegócio, apesar de representar uma oportunidade de emprego, há necessidade de políticas voltadas para a valorização dos profissionais que atuam no território, tendo em vista que a maior frequência se posicionou entre um e dois salários mínimos.

**Figura 07:** Salário médio que recebe atualmente:



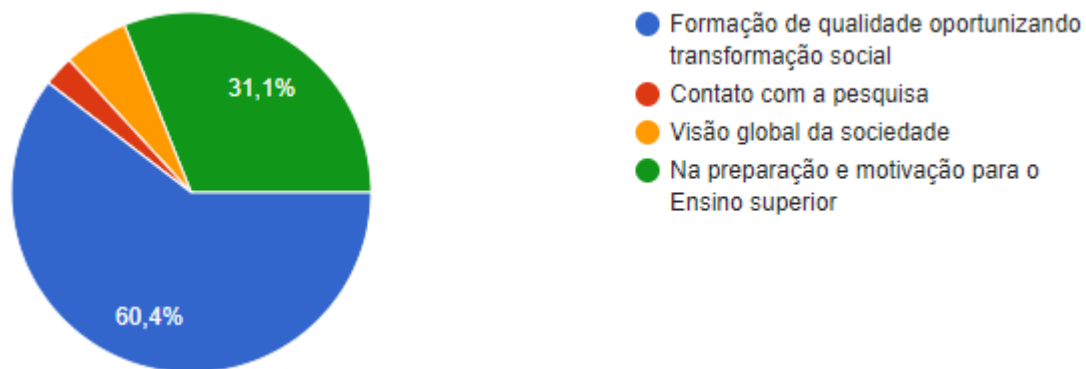
Fonte: (Rodrigues; Haddad; Cipriano; Sousa, 2024)

Como se pode verificar na figura 08, a maioria dos participantes da pesquisa (60,4%) destacaram a formação de qualidade associada à transformação social como principal contribuição da formação em um curso técnico integrado ao ensino médio do campus Uruçuí, concretizando a preconização da atuação junto aos territórios e populações com vulnerabilidade social objetivando integrá-las à cidadania e aos processos de desenvolvimento com inclusão, bem como o disposto nos objetivos dos Institutos Federais, entre outros: ofertar educação pública, democrática de qualidade e gratuita, que sirva de referência a outras escolas públicas, principalmente de ensino médio; possibilitar às classes e camadas sociais historicamente excluídas, a progressão em seus estudos e a redução de barreiras entre os níveis e modalidades de ensino (Pacheco, 2020, pp. 04-05).

A preparação e motivação para o ingresso no ensino superior foram destacadas por 31,1% dos estudantes, e, nesse aspecto, o campus atende ao que reza o artigo 7º da Lei de criação do Institutos Federais, em seu inciso I, que traz como objetivo: ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos (Brasil, 2008, p. 04). De fato, uma parcela da demanda pelos cursos técnicos integrados ao ensino médio deve-se à qualidade e preparação dos profissionais,

dos componentes curriculares que preparam para o ENEM, e, conseqüentemente, para o êxito no acesso ao ensino superior.

**Figura 08:** Principal contribuição da formação no campus Uruçuí/IFPI



Fonte: (Rodrigues; Haddad; Cipriano; Sousa, 2024)

A visão global da sociedade também foi apontada pelos participantes da pesquisa (5,8%), pois consideram que a formação integral ofertada nessa modalidade de ensino no campus os capacita para uma visão sistêmica e holística da sociedade. Ainda no que se refere à figura 08, o contato com a pesquisa também foi apontado pelos egressos (2,7%) como principal contribuição da instituição na sua formação.

## CONCLUSÕES

O estudo mostrou a concretização da função social e transformadora do campus Uruçuí/IFPI enquanto agente integrante do arranjo produtivo local, à medida que os relatos dos egressos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio convergem com a descrição da oferta de uma educação pública de qualidade, seja na capacitação para o mercado de trabalho, ou na preparação para a cidadania e ingresso na educação superior.

Tendo em vista a presença do crescimento econômico vertiginoso no município em estudo, principalmente pela presença da prática do agronegócio na região, os salários pagos aos egressos não refletem essa realidade, direcionando a necessidade de divulgação desses resultados junto a gestores e tomadores de decisão, para que políticas indutoras possam promover mudanças nesse quadro.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 59, 11 de novembro de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 nov. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm). Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm). Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.948/1994. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm). Acesso em 23 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: consolidada. Brasília, DF: DOU, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 jun. 2024.

BRASIL. Decreto 547 de 18 de abril de 1969. **Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10547.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10547.htm) . Acesso em 24 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 3.552/1959. **Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/13552.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13552.htm). Acesso em 25 jun. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.127/1942. **Estabelece as bases de organização da Rede Federal de estabelecimentos de ensino industrial.** Disponível em: [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=4127&tipo\\_norma=DEL&data=19420225&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=4127&tipo_norma=DEL&data=19420225&link=s). Acesso em 25 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 378/1937. **Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/L0378.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm). Acesso em 24 jun. 2024.

BUSSAB, O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006. 144p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2020). **Pesquisa Agropecuária Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2024

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em 11 mai. 2024.

COSTA, Dirno Vilanova da. Reflexões acerca da articulação entre o trabalho e a educação profissional e tecnológica no Brasil. **Revista Thema**, v. 16, n. 2, p. 435-446, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1427>. Acesso em 10 mai. 2024.

MAGALHÃES, Guilherme Lins de; CASTIONI, Remi. Educação Profissional no Brasil—expansão para quem?. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 27, p. 732-754, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/dC5fb7qHcYKpsyjSnp6ZPry/?lang=pt&format=html>. Acesso em 10 mai. 2024.

NASCIMENTO, Matheus Monteiro; CAVALCANTI, Cláudio; OSTERMANN, Fernanda. Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, p. 120-145, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/j66w94G68d56Z3CQhv5vCzG/abstract/?lang=pt>. Acesso em 03 mai. 2024.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/download/575/437>. Acesso em: 06 fev. 2024.

PACHECO, E. M. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. 2018. Disponível em: <http://200.129.0.130/bitstream/handle/123456789/1274/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? 1. **Tempo Social**, v. 30, p. 219-253, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/WJjnYYS6fDhpDgMFVzqbP7L/?format=html>. Aceso em 10 fev. 2022.

VARGAS, F.; CARZOGLIO, L. **La brecha de habilidades para el trabajo en América Latina**: revisión y análisis en la región. Montevideo: OIT/Cinterfor, 2017.

Disponível em:

[https://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/file\\_publicacion/brechahabilidades\\_cinterfor2017\\_seg\\_0.pdf](https://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/file_publicacion/brechahabilidades_cinterfor2017_seg_0.pdf). Acesso em 23 mai. 2024.